



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000072550

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1040706-42.2023.8.26.0506, da Comarca de Ribeirão Preto, em que é apelante ITAÚ UNIBANCO HOLDING S/A, é apelado MARCOS FERREIRA MACEDO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores NATAN ZELINSCHI DE ARRUDA (Presidente sem voto), JOSÉ PAULO CAMARGO MAGANO E JOÃO BATTAUS NETO.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

GUILHERME SANTINI TEODORO
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível nº 1040706-42.2023.8.26.0506

Apelante: Itaú Unibanco Holding S/A

Apelado: Marcos Ferreira Macedo

Comarca: Ribeirão Preto

Voto nº 5286

CONTRATO BANCÁRIO. Revisional. Financiamento de veículo. Sentença de procedência. Recurso do réu. Tarifa de avaliação do bem. Abusividade reconhecida, pois não comprovada a efetiva prestação do serviço. Seguro. Não concessão de liberdade de escolha, havendo direcionamento a seguradora do mesmo conglomerado. Venda casada. Inadmissibilidade. **Recurso não provido.**

Da respeitável sentença de relatório adotado de procedência de ação revisional (fls. 121/4) apela o réu porque é legal a cobrança da tarifa de avaliação do bem e do prêmio do seguro, inexistente venda casada.

Recurso tempestivo, preparado e respondido.

Há oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

No tocante à tarifa de avaliação do bem, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.578.553/SP, decidiu o seguinte: "(...) 2. *TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015:* (...) 2.3. *Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a:* 2.3.1. *abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a* 2.3.2. *possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.*"

No caso, não está provada a prestação do serviço de avaliação, como se verifica a fls. 72 (apesar do nome "termo de avaliação", não houve avaliação), de modo que a respectiva tarifa (R\$ 639,00) deve ser devolvida.

Nesse sentido, "**BANCÁRIO. REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO VEICULAR.** Sentença de parcial procedência. Insurgência do demandado. **REGULARIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BEM.** Descabimento. Mera consulta de débitos que não constitui efetiva avaliação do bem, na medida em que não restou comprovada a vistoria do veículo, com a enumeração dos itens devidamente verificados. Prestação do serviço não comprovada. Abusividade caracterizada. **Apelação desprovida**". (TJSP, NJ 4.0 em Segundo Grau – Turma II (DP 2), AP 1003649-06.2024.8.26.0554, rel. Des. José Paulo Camargo Magano, j. 17/10/2024).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

O seguro de proteção financeira no valor de R\$ 1.779,00 foi contratado com seguradora do mesmo conglomerado (fls. 73/8), não havendo evidência de exercício de plena liberdade de escolha pelo consumidor.

A "venda casada" ocorreu e é nula.

A respeito, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que "*nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada*" (REsp 1.639.259/SP representativo da controvérsia).

Nesse sentido, "*AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO FINANCIAMENTO DE VEÍCULO PRETENSÃO DE VER DECLARADA A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE SEGURO, DESPESAS COM "MARTELINHO" E IOF PARCIAL CABIMENTO O consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada, nos termos do REsp 1.639.320-SP, sob o rito dos recursos repetitivos. Caso em que, embora exista termo apartado de seguro assinado pela autora acostado ao feito, observa-se do referido documento que referido o seguro foi firmado pela empresa Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., em cooperação de cosseguro com a Bradesco Vida e Previdência, está última pertencente ao mesmo grupo econômico da instituição financeira ré, o que revela ausência de liberdade da autora para a referida contratação, configurando venda casada, de forma a ser declarada a abusividade da referida cobrança, com a devolução, de forma simples, do valor desembolsado pela consumidora. Com relação à cobrança de serviço denominado "martelinho", não trouxe a instituição financeira ré qualquer prova da realização do respectivo serviço que viesse a justificar a cobrança correspondente, de forma a ser restituído à autora a quantia paga a esse título. Irregularidade em relação à cobrança de IOF não verificada no caso. Ação julgada parcialmente procedente, nessa parte". (TJSP, 11ª Câm. de Dir. Priv. Ap 1011918-35.2020.8.26.0405, Rel. Des. Walter Fonseca, j. 1/2/2022).*

"SEGURO PRESTAMISTA. PRÁTICA ABUSIVA RECONHECIDA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. Revela-se como uma postura abusiva na contratação do financiamento, a imposição ao consumidor do seguro prestamista e da própria seguradora. Note-se que a seguradora contratada (Zurick Santander Brasil) faz parte do mesmo conglomerado econômico da apelante. O Banco Santander Brasil S/A e a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimentos atuam conjuntamente na colocação do serviço de financiamento no mercado de consumo e terminam por impor ao consumidor a contratação de um seguro prestamista junto ao financiamento. Pratica-se abusivamente uma venda casada. Ou seja, no caso concreto, a consumidora viu-se diante de uma operação casada entre o financiamento e o seguro prestamista. Aplicase a tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do incidente de recursos repetitivos, instaurado no Resp. nº 1.639.320 SP, relator o Ministro PAULO DE TARSO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

SANSEVERINO, julgado em 12/12/2018 (...)" (TJSP, AP 1009757-41.2019.8.26.0032, rel. Des. Alexandre David Malfatti, 12ª Câm. Dir. Priv., j. 15/4/2021).

A procedência da demanda, em suma, foi bem reconhecida.

Majoro os honorários advocatícios de R\$ 1.500,00 para R\$ 1.800,00.

Ante o exposto, nego provimento à apelação.

É como voto.

GUILHERME SANTINI TEODORO – relator.